

MULHERES CANDIDATAS A DEPUTADAS ESTADUAIS PELO PARANÁ NAS ELEIÇÕES 2022: ESPAÇO, GÊNERO E PODER

Data de submissão: 06/04/2023

Data de aceite: 02/05/2023

Larissa Aparecida Dionizio

Mestranda em Geografia (Unicentro).
Guarapuava – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/3512706093659323>

Keila Miranda Tachevski

Mestranda em Geografia (Unicentro).
Guarapuava – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/7390650610744697>

Jaqueline Moritz

Doutoranda em Geografia (Unicentro).
Docente do Instituto Federal do Paraná
(IFPR)
Guarapuava / Umuarama – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/9515910154042651>

Pollyana Poletto

Doutoranda em Geografia (Unicentro).
Assessora Parlamentar da Câmara de
Vereadores de Pato Branco
Guarapuava / Pato Branco – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/3791775779324706>

Bruno Vinicius Noquelli Lombardi

Doutorando em Geografia (Unicentro).
Técnico-Administrativo em Educação
(UTFPR).
Guarapuava / Toledo – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/2715910621430775>

Alides Baptista Chimin Junior

Doutor em Geografia (UEPG). Docente
dos cursos de Graduação e Pós-
Graduação em Geografia (Unicentro).
Iratí / Guarapuava, PR
<http://lattes.cnpq.br/6531153303479183>

RESUMO: No contexto das conquistas alcançadas pelo movimento feminista no Brasil e da exigência legal de representatividade feminina nos partidos políticos e nas candidaturas, o presente estudo teve como objetivo levantar e analisar dados acerca das candidatas mulheres ao cargo de deputadas estaduais pelo Paraná, nas eleições de 2022. A coleta de dados visou identificar um perfil das candidatas eleitas e não eleitas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo como estratégia a pesquisa documental e a bibliográfica. Os dados da pesquisa documental foram coletados junto ao *site* do TSE em dezembro de 2022. Identificou-se que a maioria dos partidos vem atendendo a legislação a respeito da participação feminina nas candidaturas, porém apesar do aumento considerável de candidatas, apenas 3%

conseguiram sucesso nas eleições. A identificação do perfil das candidatas eleitas e não eleitas considerou as variáveis cor, idade, escolaridade, estado civil, partido político, recursos recebidos, patrimônio declarado e município de residência. Verificou-se, também, que o perfil das eleitas é marcado, predominantemente, por mulheres brancas com ensino superior completo, revelando uma supremacia nas eleições para deputados estaduais do Paraná de 2022 e a necessidade de superação na política no que tange a representatividade das minorias, em especial a feminina, objeto do estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Feminista; Eleições Brasileiras; Participação feminina na Política; Legislativo; Estado do Paraná.

WOMEN CANDIDATES FOR STATE DEPUTIES FOR PARANÁ IN 2022 ELECTIONS: SPACE, GENDER AND POWER

ABSTRACT: In the context of the achievements made by the feminist movement in Brazil and the legal requirement of female representation in political parties and candidacies, the present study aimed to collect and analyze data about female candidates for the position of state deputies for Parana in the elections of 2022. The data collection aimed to identify a profile of elected and non-elected candidates. Therefore, a research with a qualitative approach was carried out, using documental and bibliographical research as a strategy. Documentary research data were collected from the TSE website in December 2022. It was identified that most parties have been complying with the legislation regarding female participation in candidacies, but despite the considerable increase in candidates, only 3% were successful in the elections. The identification of the profile of the elected and non-elected candidates considered the variable: color, age, education, marital status, political party, funds received, declared assets and municipality of residence. It was also verified that the profile of those elected is marked, predominantly, by white women with complete higher education, revealing supremacy in the elections for state deputies of Parana in 2022 and the need of overcoming the representation of minorities, specially the female, in politics, object of the study.

KEYWORDS: Feminist Movement; Brazilian Elections; Female Participation in Politics; Legislative; State of Parana.

1 | INTRODUÇÃO

As reivindicações desenvolvidas pelo movimento feminista resultaram, a partir do século XIX, na conquista de novos espaços de fala para as mulheres, especialmente nos campos político e social. As lutas feministas foram mundialmente divididas em períodos, também chamados de “ondas”. Em cada período, as mulheres reivindicaram diferentes causas e direitos. A primeira onda aconteceu “entre o final do século XIX e o começo do século XX; a segunda, entre os anos de 1960 e 1980; e a terceira onda, entre os anos de 1990 e 2000”. Na terceira onda das lutas femininas, o movimento feminista recebeu maior visibilidade, principalmente no que diz respeito às reivindicações pela emancipação política e sexual das mulheres. (MONTEIRO e GRUBBA, 2017, p. 264)

De acordo com Zirbel (2021), a causa feminista se originou a partir da organização

de mulheres em associações. Quando reunidas, realizaram greves, manifestações e panfletagens, dando origem ao movimento das mulheres sufragistas, responsável por disseminar as principais causas da luta feminista em âmbito mundial. A vertente da primeira onda feminista chega no Brasil em 1919, quando Bertha Lutz retorna de seus estudos em Paris. (D'ALKMIN e AMARAL, 2006)

Bertha atuou e liderou a Liga Para Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM) e a luta por direitos femininos em âmbito social, político, econômico e intelectual, atuando na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Além disso, as mulheres pertencentes ao movimento em grande parte possuíam acesso à educação superior e frequentavam instituições de ensino de boa qualidade. Um exemplo disso foi a própria Bertha Lutz, qual pôde trabalhar na imprensa e apresentar através das palavras o que era o movimento feminista e qual seu objetivo de luta. (KARAWAJCZYK, 2014)

Em terras brasileiras, o movimento feminista contou com a participação de mulheres que reivindicavam melhorias em setores como a educação, a política, a cultura e a sociedade como um todo. A união dessas mulheres resultou na criação do novo Código Eleitoral de 1932, o qual cedeu emancipação política às brasileiras. Essa conquista foi responsável por conceder às mulheres o seu direito político e conseqüentemente a sua inserção em novos espaços de fala e em tomadas de decisões. (PINHEIRO, 2006)

No entanto, mesmo após 90 anos da conquista do voto feminino, as candidaturas femininas enfrentam diversas barreiras, relacionadas, principalmente, ao preconceito e à desigualdade de gênero presente no interior do território político. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem por objetivo identificar o perfil espacial de mulheres que se candidataram ao cargo de deputadas estaduais nas eleições de 2022, no estado do Paraná.

Diante da constatação da ausência de equidade de gênero, o início do século XXI marca o lançamento de agendas mundiais em prol a redução da desigualdade e discriminação contra as mulheres. Entre os documentos de abrangência internacional, é possível destacar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada em setembro de 2015 por 193 Estados Membros da ONU. Na ocasião, foram construídos, coletivamente, 17 objetivos (Figura 1) e 169 metas de ação global a serem alcançados até 2030. (ONU, 2022)



Figura 1 - Objetivos da Agenda 2030

Fonte: Organização das Nações Unidas Brasil. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 06 abr. 2023.

Entre as temáticas de superação, elegemos levantar e analisar dados das candidatas eleitas e não eleitas deputadas estaduais, mais especificamente na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com vistas a identificar o perfil das mulheres que pleitearam este cargo nas eleições de 2022.

Trata-se, assim, de uma pesquisa de abordagem qualitativa, as quais, segundo Monteiro (1998), “privilegiam o sentido dos fenômenos sociais, compreendendo-os, como na educação, pelo seu processo e pela experiência humana envolvida, mais que pela explicação de seus eventuais resultados” (MONTEIRO, 1998, p. 20). Como estratégia metodológica foi preconizada a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica (fontes secundárias) refere-se às diversas contribuições autorais acerca dos temas aqui discutidos, obviamente não foi pretensão esgotar os citar a vastidão dos estudos acerca da **espacialidade, sexualidade e educação**; (conceitos que balizadores no estudo) mas aqueles que julgamos serem mais pertinentes a nossa análise. Já a pesquisa documental recorre a fontes materiais que ainda não foram analisadas, as quais são chamadas de fontes primárias. (SÁ-SILVA et al., 2009)

As fontes primárias foram obtidas junto ao banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), disponível na internet, acessado em dezembro de 2022. Os dados selecionados foram definidos pelos autores, considerando o objetivo do estudo.

2 | AS MULHERES NO LEGISLATIVO PARANAENSE

Segundo dados da Assembleia Legislativa do Paraná, há 54 vagas para o cargo de deputado estadual atualmente. Na legislatura 2018/2022, entre os 54 eleitos, 49 eram homens e apenas 5 eram mulheres, indicando um percentual de aproximadamente 90% dos cargos ocupados pelo sexo masculino. Essa desigualdade no exercício de cargos de

liderança é uma das pautas fundamentais para ampliar a participação e valorização da mulher na nossa sociedade.

A participação feminina na política revela uma realidade de discriminação e apagamento. Em estudo realizado pelo Banco Mundial, números levantados no contexto da América do Sul, colocam o Brasil como o país com o menor percentual de mulheres no parlamento (Gráfico 1), das vagas destinadas ao legislativo apenas 15% são ocupadas por mulheres, lembrando que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as mulheres representam 51,1% da população brasileira. (IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 2019)

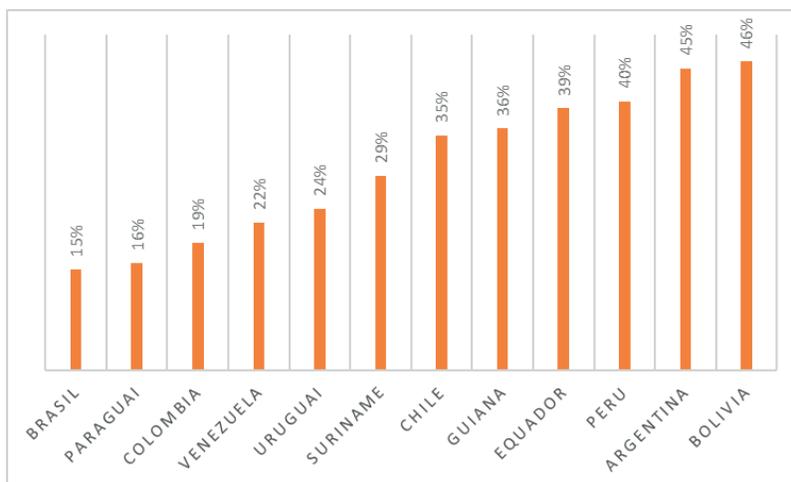


Gráfico 1 - Percentual de Mulheres nos Parlamentos dos países sul-americanos (2022)

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do Banco Mundial (2022).

No intuito de buscar uma equidade no acesso das mulheres a cargos políticos, criou-se no Brasil, em 1995, cotas para candidaturas femininas, porém, apenas em 2009, com a Lei n.º 13.034, essa realidade se concretizou, quando as cotas se tornaram obrigatórias. A partir de 2009, deve haver, então, no mínimo 30% e no máximo 70% de candidaturas de cada sexo por cada partido ou coligação partidária. (IBGE, Informativo Estatísticas de Gênero, 2021)

Apesar das cotas nas candidaturas, o descompasso entre as candidatas ao cargo e o número de deputadas eleitas e em exercício é um tema a ser debatido. Entre os motivadores para tal fato aparece a “falta de apoio material às candidaturas femininas, inclusive no âmbito dos partidos políticos, e ao maior sucesso eleitoral dos candidatos que já eram parlamentares anteriormente”. (ARAÚJO e BORGES *apud* IBGE, 2021)

Na realidade há um estereótipo em torno da capacidade de mulheres em ocuparem cargos públicos de liderança, essa visão sobre a vida pública é um fato histórico, tendo

em vista a ênfase no protagonismo masculino, isso é perceptível desde a formação das primeiras cidades, onde os locais de decisões eram exclusivos aos homens, restando às mulheres os espaços domésticos. (LIMA e SCHULZ, 2014)

Ao voltarmos para a realidade paranaense, especificamente para as eleições de 2022, encontramos o seguinte quadro: do total 902 candidatos, 297 eram mulheres. Com relação aos eleitos, 44 homens pertenciam ao sexo masculino e apenas 10 ao feminino. Considerando o número de mulheres candidatas (297) e o número de eleitas (10), a porcentagem de sucesso na eleição das mulheres foi de aproximadamente 3%. Isto quer dizer que a cada 100 mulheres candidatas a deputada estadual no Paraná, apenas 3 assumiram uma cadeira no legislativo em 2023. Atenta-se ao fato que, apesar de proporcionalmente ainda serem minoria, a legislatura (2023/2026) terá o maior número de mulheres já registrado na história da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP).

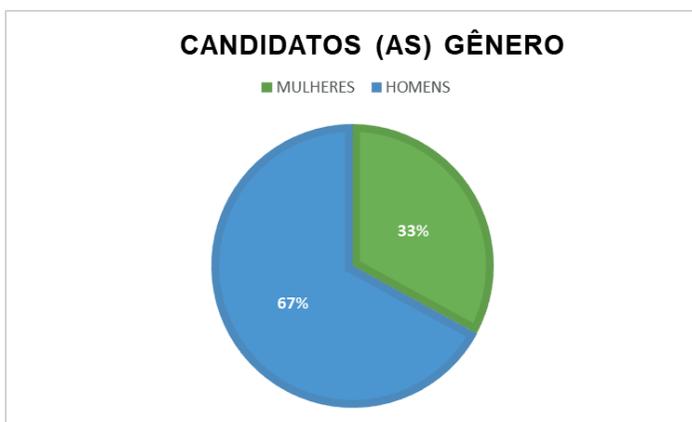


Gráfico 2 - Candidatos (as) Deputado(a) Estadual Paraná/2022 - Gênero

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados do TSE, 2022.

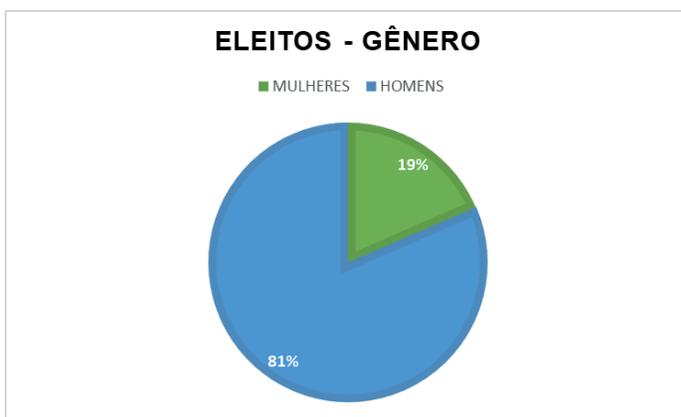


Gráfico 3 - Deputado(a) Estadual Eleitos Paraná/2022 - Gênero

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados do TSE, 2022.

A fim de averiguarmos o cumprimento da Lei n.º 13.034/2009 por parte dos partidos políticos, coletamos dados junto à base de dados do TSE. Dos 29 partidos com registro de candidaturas, apenas 4 não atenderam a legislação vigente com relação às candidaturas femininas. Entre os 25 que cumpriram a legislação, a relação entre mulheres e homens candidatos foi de 39,7%.

Gênero é uma relação social que ocorre entre homens e mulheres, determinada pela cultura. Há uma divisão entre as atividades quem devem ser exercidas pelos homens e pelas mulheres. Essa divisão é ensinada desde muito cedo, nos primeiros anos de vida. Na política, a divisão entre os gêneros é ainda mais nítida. Os cargos são ocupados historicamente e majoritariamente por homens. (BLAY, 2006)

Diante do exposto, compreender como a sociedade tem avançado na questão feminista, especialmente no momento do voto, tomando como base as eleições de 2022 no Paraná, é relevante.

3 | O CAMINHO METODOLÓGICO E O PERFIL DAS CANDIDATAS ELEITAS E NÃO ELEITAS

Os dados das candidatas a deputadas estaduais no Paraná nas eleições de 2022 foram coletados junto ao TSE. A fonte de dados do TSE conta com informações de candidaturas em âmbito municipal, estadual e federal. Com a amplitude das informações, foram definidas as seguintes variáveis: nome, cor, idade, escolaridade, estado civil, partido político, recursos recebidos, patrimônio declarado e município de residência.

Diante do elevado número de candidatas, optamos por estabelecer um recorte dos perfis a serem analisados. Definimos observar os partidos em que pelo menos uma mulher foi eleita. No caso, o PSDB, o PT, o PSD, o UNIÃO, o SOLIDARIEDADE, o PP e o REPUBLICANOS. Com o recorte, reduziu-se o número de mulheres de 297 para 83. Entre elas, 10 eleitas. Na sequência abordaremos, em duas seções, os dados – coletados – fundamentais para a identificação do perfil das candidatas.

3.1 O perfil das candidatas não eleitas a Deputada Estadual pelo Paraná

Relembrando que os dados sobre as mulheres que serão considerados na pesquisa são a cor, a escolaridade, o estado civil, a residência, a idade, o valor recebido por fundo partidário, valor recebido de doação, patrimônio declarado e partido. As informações relativas à cor revelaram que as candidatas não eleitas são predominantemente brancas (59%), seguidas por pardas (19,3%), pretas (13,3%) e indígenas (1,2%).

No item escolaridade, o perfil que se destacou foi de ensino superior completo (68,7%), seguido por ensino médio completo (20,5%), ensino fundamental completo (6%), superior incompleto (2,4%) e lê e escreve (2,4%). Sobre o estado civil, 41% declararam-se casadas, 31,3% solteiras, 21,7% divorciadas, 3,6% viúvas e 2,4% separadas.

Com relação ao município de residência, 22 candidatas declaram residir em Curitiba, 7 em Londrina, 4 em Umuarama e 4 em Paranaguá. O total de municípios paranaenses com mulheres residentes são de 45.

Dessa forma, ao observarmos a espacialização dos dados por municípios paranaenses, destacam-se apenas em 5 municípios em que houve Deputadas Estaduais eleitas, sendo eles, Curitiba (3 eleitas), Guarapuava (1 eleita), Clevelândia (1 eleita), Goioerê (1 eleita) e Francisco Beltrão (1 eleita). No mapa da figura 3, é possível observar um número maior de municípios com candidatas não eleitas.

No que tange o perfil das candidaturas, a maioria declarou ter entre 40 e 60 anos. As mais jovens tinham 28 (totalizando 4 candidatas) e a mais madura com 74 anos. Sobre as doações recebidas pelas candidatas do fundo partidário (estadual e nacional), o valor recebido em média foi de cerca de R\$ 103.000,00 (cento e três mil reais) por candidata. Todavia, se olharmos individualmente, há uma grande discrepância na distribuição real dos recursos, variando entre R\$ 8.000,00 (PP) e R\$ 412.583,00 (Republicanos).

A respeito dos valores recebidos pelas candidatas oriundo de doações de pessoas físicas (CPF) ou jurídicas (CNPJ), os valores também foram bastante distintos. Vinte e sete candidatas não receberam doações. O menor valor recebido foi de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e o maior, R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais). No item patrimônio declarado, os valores variaram entre R\$1.000,00 (um mil reais) e R\$8.469.931,00 (oito milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil novecentos e trinta e um reais).

Em relação ao vínculo partidário das candidatas não eleitas, identificamos que os partidos mais proeminentes foram, respectivamente, PT, PP, Republicanos, Solidariedade, União, PSD e PSDB.

3.2 O perfil das candidatas eleitas

Nesta seção, buscamos identificar e analisar o perfil das dez candidatas eleitas deputadas estaduais pelo Paraná, no ano de 2022. As eleitas foram Maria Victoria Borghetti Barros do PP, Flávia Carolina Resende Jaber Francischini do União, Marilei De Souza Lima do Republicanos, Cloara Pinheiro Lima do PSD, Marcia Cecilia Huçulak do PSD, Ana Júlia Pires Ribeiro do PT, Luciana Guzella Rafagnin do PT, Isabel Cristina Rauen Silvestri do PSDB, Mabel Corá Canto do PSDB e Marly Paulino Fagundes do Solidariedade.

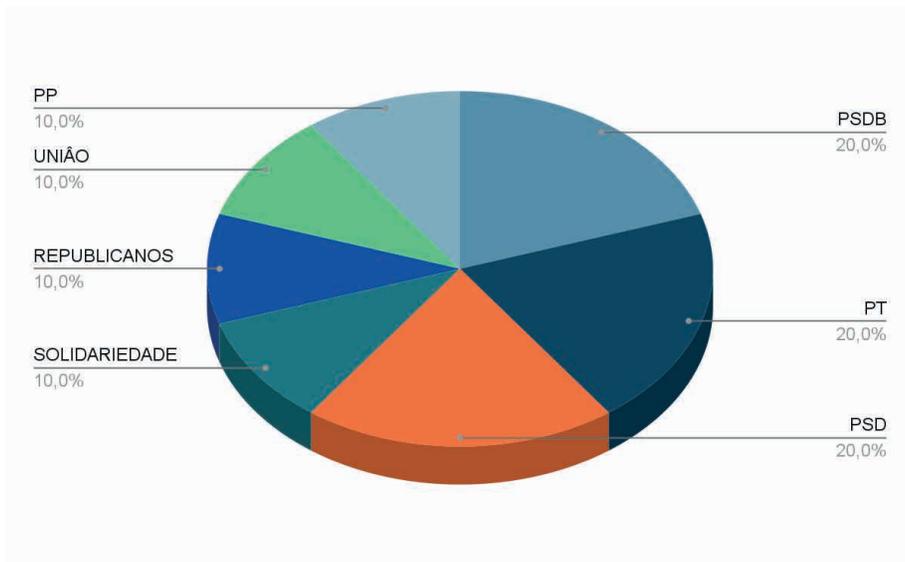


Gráfico 4 - Candidatas eleitas Partidos

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados do TSE, 2022.

Entre as 10 mulheres, 9 declararam-se brancas e 1 parda. A participação das mulheres pardas/negras é ainda menor, demonstrando uma possível segregação racial na política paranaense. Oito possuem ensino superior completo (80%) e 2 (20%) ensino médio completo. O perfil das mulheres com graduação é muito diferente da situação apresentada em tela. Somente 20% das brasileiras possuem graduação, relevando que provavelmente as mulheres que estão na política tiveram acesso à educação, dessemelhante da maioria massacradora das mulheres do Brasil.

Com relação às idades, variam entre 22 anos e 61 anos, demonstrando que as diferentes faixas etárias estão sendo representadas no legislativo paranaense. No item estado civil, 60% das eleitas são casadas, 20% viúvas, divorciadas 10% e solteiras 10%.

Ao analisarmos os dados referente aos recursos recebidos, outra disparidade. O valor que receberam do fundo partidário variaram entre R\$105.000,00 e R\$1.240.000,00, enquanto os valores recebidos de doações estiveram entre R\$300,00 e R\$184.000,00. Sobre o patrimônio declarado, 7 disseram possuir mais de R\$500.000,00 em bens e 3 nada consta declarado.

No item município de residência das eleitas, 3 residiam em Curitiba, 1 em Brasília, 1 em Francisco Beltrão, 1 em Tangará, 1 em Mariano Moro, 1 em Guarapuava, 1 em Clevelândia e 1 em Goioerê.

4 | CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste estudo nos permitiu levantar dados e reflexões acerca do perfil das mulheres candidatas eleitas e não eleitas ao cargo de deputadas estaduais pelo estado do Paraná no ano de 2022. As variáveis analisadas foram cor, idade, escolaridade, estado civil, partido político, recursos recebidos, patrimônio declarado e município de residência, além da identificação do nome de cada uma delas.

Entre as variáveis observadas, identificou-se que as mulheres são em sua maioria casadas, brancas e com ensino superior completo. Os dados apenas descortinam o que já podemos notar no dia a dia. As classes populares são ainda pouco representadas na política nacional. Temos um longo caminho até atingirmos a tão almejada igualdade entre os gêneros.

Para que chegássemos ao universo de mulheres candidatas no estado do Paraná, utilizamos o banco de dados do TSE, disponível na internet. Com as informações em mãos, tabulamos os dados e alcançamos o total de 297 mulheres candidatas, entre as quais apenas 10 eleitas. No entanto, para que a pesquisa pudesse ser realizada com maior precisão e objetividade, foi necessário estabelecer um recorte entre os perfis a serem analisados.

Assim, entendemos por bem observar as candidatas dos partidos que conseguiram êxito em pelo menos uma das candidaturas, no caso o PSDB, PT, PSD, UNIÃO, SOLIDARIEDADE, PP e REPUBLICANOS, o que totalizou um universo de 93 candidaturas, 83 não eleitas e 10 eleitas.

Apesar da ainda baixa representatividade, considerando 10 eleitas para um universo de 54 vagas, as mulheres atingiram o maior número de cadeiras da história da câmara de deputados estaduais do Paraná. Essa realidade nos leva a crer numa lenta, mas possível, mudança das práticas eleitorais em nossa sociedade. Se até recentemente somente os homens recebiam votos, hoje, cada vez mais, o voto em mulheres vem tornando-se realidade.

REFERÊNCIAS

BLAY, E. A. (Coord.) **Ensino e educação com igualdade de gênero na infância e na adolescência.** Guia prático para educadores e educadoras. São Paulo: NEMGE/CNPq, 2a edição, revista e ampliada, 2006.

D'ALKMIN, S. M.; AMARAL, S. T. A conquista do voto feminino no Brasil. **ETIC-Encontro de Iniciação Científica.** v. 2, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1219>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators: Women and Development. 2022.** Disponível em: <<http://wdi.worldbank.org/table/WV.5>>. Acesso em: 24 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informativo Estatísticas de Gênero, 2021**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2019**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

KARAWAJCZYK, M. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Dalto. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 64-84, 2014.

LIMA, J. M. de; SCHULZ, R. M. Política e Gênero: uma discussão teórica sobre a participação da mulher na política brasileira. In: **III Seminário Internacional de Ciências Sociais - Ciência Política**. Universidade Federal do Pampa. 2014. Disponível em: <<https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciapolitica/files/2014/06/Buscando-o-Sul-2014.pdf>> Acesso em: 13 dez. 2022.

MONTEIRO, K. F.; GRUBBA, L. S. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas. **Direito e desenvolvimento**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 261-278, 2017.

MONTEIRO, R. A. Pesquisa em Educação: Alguns Desafios da Abordagem Qualitativa. In: MONTEIRO, R. A. (org). **Fazendo e Aprendendo Pesquisa Qualitativa em Educação**. Juiz de Fora: FEME/UFJF, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Nações Unidas Brasil. 2022. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

PINHEIRO, L. S. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. 2006. 248 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n. 1, jul., 2009.

ZIRBEL, I. Ondas do feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, p. 10-31, 2021. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2023.